Estado recorre para manter precatórios



Processos judiciais e administrativos: cálculos para pagar dívidas trabalhistas

A previsão é de que até dezembro R\$ 9 milhões sejam liberados para o pagamento de precatórios

Procuradoria Geral do Estado (PGE) vai entrar nos próximos dias com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para dar continuidade ao pagamento de precatórios no Estado.

A medida será tomada porque na última quinta-feira o STF negou uma reclamação do governo estadual, que questionava a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 17ª Região.

O órgão alegava que teria sido determinado o seqüestro de rendas públicas para o pagamento de precatório sob o argumento de que houve preterição (quando o ente público não observa a ordem cronológica para o pagamento de precatórios).

O seqüestro teria sido determinado pelo TRT em razão do pagamento do documento emitido pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) em favor de uma empresa privada, em 1998, em preterição ao da dívida de natureza trabalhista.

Segundo a procuradora-geral do Estado em exercício, Maria Christina de Moraes, o Estado vai interpor um recurso no STF logo após a decisão for publicada.

Ela contou que o Estado conseguiu quatro dos nove votos dos ministros que julgaram a reclamação. "Issojá é uma vitória. Nós temos ainda outras reclamações no órgão", disse, ao lembrar da existência de duas listas de credores precatórios: uma do Tribunal de Justiça, de precatórios não-trabalhistas; e outra do TRT, de trabalhistas.

A PGE entende que não houve quebra cronológica no pagamento dos títulos, uma vez que existem duas listas de credores em ordem cronológica, e por isso entrou com a reclamação no STF e, agora, irá impetrar o recurso.

"O governo precisa da reforma do STF para continuar pagando".

O antigo DER, ao quitar a dívida do Estado com a empresa privada, pagou um precatório da lista do TJES – que não é, portanto, um precatório trabalhista – e, além disso, o nome da empresa era o primeiro da lista do órgão, segundo a PGE.

O governo já pagou R\$ 9 milhões em precatórios e a previsão é de que até dezembro mais R\$ 9 milhões sejam liberados. Além disso, a PGE está fazendo cálculos de precatório de maior valor, acima de R\$ 7.030,00.

